

Financiamento à inovação em Vitória da Conquista, na Bahia: contribuições de micro e pequenas empresas em 2012

*Severiano José Mota Neto¹
Josias Alves de Jesus²*

Resumo: O presente trabalho discute o financiamento à inovação para pequenas e médias empresas no município de Vitória da Conquista, sob a ótica neoschumpeteriana. O referencial teórico permite identificar a relação que ocorre entre os agentes, analisando as categorias: Inovação e Aprendizado. Sob a égide de que o financiamento à inovação é um meio que permite crescimento e ampliação da competitividade para micro e pequenas empresas, que podem acessar as linhas de crédito a partir de projetos encaminhados a agentes financiadores locais, o presente trabalho busca identificar as dificuldades que as empresas possuem em conseguir o citado financiamento. Diante dessa questão, o presente trabalho desenvolveu análises teóricas embasadas na ciência econômica, apresenta o financiamento à inovação no Brasil em um recorte histórico e algumas características de linhas de crédito. O trabalho teve como metodologia um estudo de multicasos com algumas empresas, alguns agentes financiadores e intermediadores desse processo no intuito de conhecer cada um destes e quais as principais dificuldades vistas por eles. A pesquisa mostrou que as principais causas que dificultam o acesso ao financiamento à inovação são: falta de projetistas qualificados e a burocracia.

¹ Graduado em Ciências Econômicas pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB). E-mail: severiano_economia@hotmail.com

² Economista pela Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS), Mestre em Desenvolvimento Regional pela Universidade Salvador (UNIFACS). Professor Assistente do curso de Ciências Econômicas da UESB. E-mail: josiasalves@uesb.edu.gov.br

Palavras-chave: Financiamento. Inovação. Burocracia.

Abstract: This paper analyzes the innovation financing for micro and small enterprises in the city of Vitória da Conquista, from the perspective neoschumpeteriana. The theoretical framework identifies the relationship that occurs between staff, analyzing the categories: Innovation and Learning. Funding innovation is a means that companies have to grow and gain market competitiveness. The objective of the study is to identify the difficulties that businesses have in obtaining financing for innovation. Faced with this issue, this paper develops theoretical analysis based in the economics, finance presents innovation in Brazil on a historical overview and some characteristics of lines of credit, and to characterize the process of regional management. The methodology work with a study of multicase with some companies, some financial agents and brokers in this process in order to learn from each of these views, the main difficulties for them. The survey showed that the main causes that hinder access to finance for innovation are: lack of qualified designers and bureaucracy.

Keywords: Finance. Innovation. Bureaucracy.

Introdução

Na economia, percebe-se que a agudização do processo de globalização tem reduzido as escalas de análise para o espectro cada vez mais “locais”.

Nesse novo contexto, a tecnologia e a inovação são ferramentas fundamentais para a sobrevivência de empresas e também de nações. A inovação está no centro do debate da “Economia Baseada no Conhecimento”.

Em uma “Economia Baseada no Conhecimento”, a questão da sobrevivência das empresas pequenas e médias torna-se ainda mais crítica. Desse modo, o financiamento à inovação, entendido como a forma de acesso das pequenas e médias empresas a fontes oficiais de crédito para a inovação é ainda mais complexo.

Assim, o objetivo geral da presente pesquisa é discutir as principais dificuldades de algumas micro e pequenas empresas industriais, em acessar o financiamento à inovação. A metodologia utilizada foi o estudo

de multicaseos com algumas empresas selecionadas e alguns agentes de promoção à inovação na Bahia, especificamente nos municípios de Vitória da Conquista e Salvador. Foram utilizados questionários e entrevistas para a obtenção das informações.

Além disso, nas demais seções, buscou-se identificar os principais conceitos de inovação na ciência econômica desde os clássicos até os neoschumpeterianos, analisando-se, sob a ótica neoschumpeteriana, as categorias de análise que trabalham com a temática inovação, discutindo como se dá o financiamento à inovação no Brasil, e, por fim, apresentando um estudo de multicaseos, mostrando as dificuldades que as micro e pequenas empresas enfrentam para acessar o financiamento à inovação na região.

Os dados coletados pela pesquisa foram compilados a fim de demonstrar a situação do financiamento à inovação. Sob a ótica da teoria neoschumpeteriana sobre financiamento à inovação, foi traçada uma proposta de entendimento das dificuldades de acesso ao crédito pelas micro e pequenas empresas, procurando identificar possíveis gargalos existentes entre instituições de interlocução dos projetos, empresas e agentes financiadores, com o propósito de apontar as dificuldades.

O Conceito de Inovação na Ciência Econômica

A inovação, segundo Rogers e Shoemaker (1971 apud SANTOS, 2011, p. 47), é uma ideia, uma prática, ou um objeto percebidos como novos pelo indivíduo. Analisando historicamente, todo novo incremento em tecnologia para melhorias de processos produtivos acarretam em desempregos, fazendo surgir neste bojo os conflitos com a classe trabalhadora. Esse processo de aperfeiçoamento se dá pela necessidade de redução dos custos por parte das empresas, para que, desta forma, obtenham ganhos de escala constante. Segundo Landes (1969 apud TIGRE, 2006, p. 5) “a inovação é uma superioridade de tal ordem que os novos métodos fossem compensatórios para cobrir os custos de mudança”.

Desta forma, Smith (1996) argumenta que a Vantagem Absoluta determina o livre comércio como a melhor opção para os países, onde um país

pode oferecer determinado produto ou serviço tendo preços inferiores aos dos concorrentes, devido uma limitação do mercado. Em geral, essa situação é criada pela especialização em determinado bem.

Ricardo (1996, p. 306) entende e não contesta a teoria de Smith, pois concorda com o entendimento e compreensão da teoria, mas efetiva suas aplicações e análises sobre o impacto na renda e no emprego, admitindo as inovações. Ambos afirmam que o principal vetor de transformação econômica é o incremento de novas tecnologias.

Entre as décadas de 1870 e 1890 surgiram duas importantes correntes teóricas: a teoria neoclássica e a marxista. A teoria neoclássica difere tanto da tradição clássica quanto de Marx por negar a teoria do valor-trabalho, substituindo-a por um fator subjetivo – a utilidade de cada bem e sua capacidade de satisfazer as necessidades humanas. Baseia-se no comportamento dos indivíduos e nas condições de equilíbrio, focando sua análise nos ciclos de negócios (TIGRE, 2006).

Para Moreira (1989 apud SHIKIDA; LOPEZ, 1997), a inovação, devido ao seu caráter estático e da não adequação do progresso técnico ao processo de concorrência, dentro da teoria microeconômica tradicional (chamada aqui de enfoque neoclássico) não é tratada de forma adequada.

Solow (1979 apud SHIKIDA; LOPEZ, 1997) propõe uma relação na qual o produto (Y) da economia se expande, dependendo de três variáveis, a saber: a) o estoque de capital (K); b) a força de trabalho (L); e c) o Progresso Técnico (t).

A incorporação do progresso técnico é diferenciado nas abordagens neoclássicas: o que explica o crescimento de uma determinada nação é apenas o estoque de capital e a força de trabalho. Desta forma, sua função fica assim formada:

$$Y = f(K, L, t) \quad (1)$$

Segundo Shikida e Lopez (1997, p. 83), fatores como o incremento no estoque de capital (K), o aumento na força de trabalho (L) e o efeito positivo do progresso técnico “ t ”, seja numa ação combinada ou isolada de cada variável, resultam no aumento do produto Y .

Para Marx (1987) o processo de inovação se dá dentro da empresa individual, onde cada empresário tende a manter um monopólio constante da produção, visando um maior acúmulo de riquezas. O objetivo é sempre introduzir mudanças estratégicas ou incrementos tecnológicos que garantam vantagens competitivas frente aos concorrentes. Segundo Marx e Engels (1987, p. 787), todo esse processo de incremento tecnológico não se compõe apenas de benefícios sociais.

Marx (1987) expõe que para haver crescimento ou desenvolvimento econômico automaticamente a sociedade sofrerá os danos da inovação e do incremento tecnológico, pois serão substitutos nos meios de produção. Segundo Coriat (1994 apud TREVIÑO, 1999, p. 72), “[...] la separación real entre el trabajo manual y el intelectual permite al capitalista apoderarse progresivamente de las funciones de dirección y concepción (trabajo intelectual)”.

Segundo Schumpeter (1997), o impulso fundamental que põe e mantém em funcionamento a máquina capitalista procede dos novos bens de consumo, dos novos métodos de produção ou transporte, dos novos mercados e das novas formas de organização industrial criadas pela empresa capitalista. Junto com a crescente busca por soluções que garantam uma melhor eficiência no processo produtivo, surge um novo processo denominado de destruição criadora.

O processo de destruição criadora, por sua vez, é um fator básico para se entender o capitalismo. É dele que se constitui o capitalismo e a ele deve se adaptar toda a empresa capitalista para sobreviver (SCHUMPETER, 1997, p. 105-106).

A obra de Schumpeter tem ainda abrangência no papel do setor financeiro, onde ele aponta o papel dos bancos como facilitador dos empréstimos e, consequentemente, do incremento inovativo, sendo este um dos maiores financiadores da inovação.

A partir da obra de Schumpeter, surge o pensamento evolucionista, que, centrado na análise dos ciclos econômicos, possui como variável endógena o progresso tecnológico. Esses economistas chamados de neoschumpeterianos têm como categorias de análise

centrais em seus trabalhos os conceitos de seleção natural das espécies, evolução, diversidade, rotinas, aprendizado e o comportamento das firmas dentro de um meio.

Os autores neoschumpeterianos, diferentemente, investigam a quebra sistemática da teoria neoclássica, buscando comparativos com as Ciências Biológicas e sua análise da evolução das espécies. A partir dessa visão, ficariam mais claros os conflitos de mercado que trazem consigo mutações e a consequente evolução das economias capitalistas.

Para Rosenberg (1969) é de fundamental importância os desajustes de mercado, pois estes terão papel fundamental na dinâmica econômica. Para ele, os problemas encontrados são motivos para o surgimento de pesquisadores, inventores e gestores capazes de solucionar as questões pontuais e gerar um novo ciclo para a economia. Surge aí uma teoria que se baseia na necessidade de superar as restrições causadas pelos gargalos e o consequente imperativo de elevação do crescimento.

Os neoschumpeterianos consideram três concepções básicas para o entendimento do progresso tecnológico nas economias capitalistas, quais sejam: o paradigma tecnológico, a aprendizagem e o sistema nacional de inovação.

Um paradigma tecnológico é a ruptura de uma conjuntura de produção para outra, com resultados significativos para a produção. Como o advento da máquina a vapor ou da eletricidade, ou o caso da *internet*. Para tanto, é necessário considerar a aproximação da atividade produtiva, ou seja, ele deverá possuir condicionantes que consigam resolver questões genéricas do ambiente.

Freeman (1974 apud NAKANO, 1997) ao fazer análises de Schumpeter, percebe que o progresso técnico é a fonte para impulsionar o processo evolucionário da firma e do mercado. O citado autor aprofunda os estudos de Schumpeter sobre os longos ciclos econômicos, apontando como o conhecimento tácito impulsiona a difusão tecnológica, estando no cerne dos movimentos cíclicos mundiais, tendo a questão tecnológica um importante papel para as empresas.

Financiamento à Inovação no Brasil

Na década de 1950, as políticas de apoio, fomento e desenvolvimento industrial no país, desenvolveram um papel importante com foco no desenvolvimento tecnológico e científico.

Já a década de 1960 ficou marcada pelas ideias de planejamento como políticas de governo. A partir daí os Planos de Desenvolvimento tiveram o papel de controlar as tecnologias importadas, circunstância observada nos Planos Básicos para o Desenvolvimento da Ciência e Tecnologia (PBDCI), posto que estes utilizavam mecanismos financeiros exclusivos para essa necessidade. Alguns anos depois, precisamente em 1964, no Banco Nacional de Desenvolvimento Social (BNDS), foi criado o Fundo de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FUNTEC).

Na década de 1980, a queda brusca nos investimentos diretos em ciência e tecnologia agravou ainda mais os problemas em consequência da estagnação da economia e do processo inflacionário em que o país vivia. Em 1984 foi criado o Programa de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico (PADCI), que, em conjunto à criação do Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT) em 1985, garantiu parte da consolidação da política nacional.

Entre o período de 1980 a 1990 ocorre uma desaceleração brusca das políticas de incentivo industrial e de inovação, sendo acompanhada também por uma queda de investimentos em C&T. A década de 1990 é caracterizada pela abertura comercial nacional e desregulamentação. Esse período de transformações para as indústrias nacionais trouxe consigo tentativas de políticas industriais no Governo Collor (1990 a 1992).

Todas as políticas durante a década de 1990 estavam preocupadas com o controle inflacionário, e isso trouxe como consequência o abandono de projetos em relação à política de desenvolvimento industrial e tecnológico.

Com a criação da Política Industrial e de Comércio Exterior (PITCE) em 2004, houve um melhor aproveitamento da dinâmica do desenvolvimento tecnológico, pois o foco agora era a inovação e o

desenvolvimento tecnológico. Mais recursos foram disponibilizados pelo Banco do Brasil e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), ampliando os mecanismos de fomento, dentre os quais podem-se destacar: As Leis de Inovação de 2004 (como é conhecida a Lei 10.973/04) e a Lei do Bem, criada em 2006 (conhecida como a Lei 11.196/06).

A Lei do Bem, Lei 11.196/06, tem como objetivo estimular a concessão de incentivos fiscais para projetos de cunho inovador de forma automatizada, sendo que as empresas poderiam submeter seus projetos de inovação para financiamento sem perpassar pelo governo para ganhar os incentivos fiscais, havendo apenas uma fiscalização a posteriori. Essa forma de abordagem difunde e transforma as variadas relações que existem no sistema público nacional e no privado, pois afetam diretamente as pesquisas para Ciência e Tecnologia (C&T).

A partir das formulações da Política de Desenvolvimento Produtivo e do Programa de Aceleração do Crescimento, além de dar continuidade à PITCE, surge em 2010 e permanece atualmente, o Plano Brasil Maior (PBM), política considerada mais abrangente que as políticas anteriores, cujo plano prevê estímulo ao investimento e à inovação, apoio ao comércio exterior e defesa da indústria e do mercado interno (MDIC, 2012).

Financiamento à Inovação em Vitória da Conquista: Um Estudo de Caso

Para responder às questões suscitadas pelo problema de pesquisa, foi realizado um estudo de multicase com três pequenas e médias indústrias que obtiveram financiamento à inovação no município de Vitória da Conquista na Bahia, como também em alguns órgãos que disponibilizam linhas de crédito para o financiamento à inovação na Bahia, precisamente junto à FAPESB, DESENBAHIA, BNB e IEL.

De acordo com a pesquisa de campo, as empresas entrevistadas apontaram que a inovação é um fator de diferencial no mercado, pois:

- a) garante continuidade no processo de sustentabilidade mercadológica, onde a inovação traz o desenvolvimento de novas tecnologias, resultando no lançamento de novos produtos;
- b) aumenta a demanda de mercado, onde é possível atender o que é necessário para os clientes;
- c) aumenta o portfólio de mercadorias, ganhos de escala e reaproveitamento de matérias primas que antes jogadas fora.

De acordo com a tabela 1, as empresas têm 10, 17 e 50 anos de funcionamento. O período de funcionamento das empresas traz consigo o respaldo que essas têm no mercado regional. A mais nova trabalha no ramo do comércio e as duas mais velhas são do segmento industrial do município de Vitória da Conquista.

Tabela 1 – Ano de Fundação das Empresas

Empresas	Ano de Fundação das Empresas
Empresa 01	2002
Empresa 02	1995
Empresa 03	1957

Fonte: Adaptação própria a partir dos dados da pesquisa, 2012.

As três empresas investigadas se enquadram dentro das características de pequena e média empresas, critério adotado pelo Serviço Brasileiro das Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE), no que diz respeito ao número de funcionários, como pode ser observado na Tabela 2.

Tabela 2 – Quantidade de Funcionários

Empresas	Quantidade de Funcionários
Empresa 01	60
Empresa 02	20
Empresa 03	248

Fonte: Adaptação própria a partir dos dados da pesquisa, 2012.

Nas entrevistas buscou-se identificar se as empresas tinham contato com a inovação através de investimentos próprios ou por órgãos

públicos. Na tabela 1 é possível observar que as empresas já haviam adotado em algum momento financiamentos públicos para inovação, de fontes próprias ou de terceiros.

Quadro 1 – Análise dos investimentos

Empresas	Investe em Inovação		Fonte dos Recursos			Se de Terceiros, público ou privado?	
	Sim	Não	Próprios	Terceiros	Ambos	Público	Privado
Empresa 01	X			X		X	
Empresa 02	X				X	X	
Empresa 03	X				X	X	

Fonte: Adaptação própria a partir dos dados da pesquisa, 2012.

As empresas informaram também que seus financiamentos vieram de ambas as fontes de recursos, ou seja, próprias e de terceiros, contudo com um maior fluxo nos investimentos próprios, já que existe certa dificuldade de aprovação nos casos dos editais. No tabela 2 estão resumidas as linhas de financiamento que as empresas utilizaram. A Empresa 1 teve acesso a uma linha de financiamento na Desenbahia para Capital de Giro, conforme dados da pesquisa. A Empresa 2 foi contemplada num edital do Sistema S, que são as entidades Serviço Social da Indústria (SESI), Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) e o Instituto Euvaldo Lodi (IEL) em específico uma linha do SENAI não reembolsável, que permite a empresa ter doutores trabalhando nos processos da empresa objetivando melhorias contínuas. A Empresa 3 não especificou os fins de sua aprovação.

Quadro 2 – Análise das Fontes de Financiamentos

Empresas	Se Público, a empresa teve acesso		Se Sim, quais as fontes dos editais?			
	a editais de financiamento?					
	Sim	Não	FAPESB	DESENBAHIA	BNB	Outros
Empresa 01	X			X		
Empresa 02	X					X
Empresa 03	X				X	

Fonte: Adaptação própria a partir dos dados da pesquisa, 2012.

Na pesquisa também foi analisado se a empresa investe em P&D. Por meio do exame do tabela 3 percebe-se que apenas a empresa com maior idade tem um laboratório de P&D, conforme observado nos próprios dados da pesquisa. Infere-se que isso se dá devido à grande dificuldade de investimentos nessa área por empresas menores. O que se obteve como resposta foi que o proprietário acaba sendo o próprio laboratório de P&D, os processos inovativos da empresa se dão através de inovações incrementais.

Quadro 3 – Análise do P&D

Empresas	Tem P&D		Quando a empresa precisa desenvolver		
			algum produto/processo/serviço, a quem recorre?		
	Sim	Não	Universidades	Instituições Privadas	Outros
Empresa 01		X			X
Empresa 02		X		X	X
Empresa 03	X			X	

Fonte: Adaptação própria a partir dos dados da pesquisa, 2012.

Ainda no tabela 3, estão apresentadas as formas com que as empresas buscam parcerias quando precisam desenvolver algum produto, processo ou serviço novo. Assim, nenhuma das empresas entrevistadas

tem relação de cooperação com as universidades. Esse fato denota o afastamento entre a universidade, principal veículo de produção e difusão do conhecimento, com o setor produtivo.

Na abordagem neoschumpeteriana acerca do processo inovativo, a interação entre universidade e o setor produtivo é uma categoria de análise primordial para que a inovação aconteça. Outra categoria de análise importante na abordagem é a que se refere ao aprendizado. Na Empresa 1, a cada 3 meses são contratados especialistas para promoverem treinamentos em seus diversos departamentos. Contudo, no departamento de finanças os treinamentos são anuais. Na Empresa 2, os cursos e treinamentos são focados sobre o controle da qualidade, devido à especificidade do seu produto. Já na Empresa 3 surgiu a argumentação de que são feitos levantamentos das necessidades de treinamentos a partir dos diversos departamentos e que estes treinamentos são realizados em sua grande maioria internamente.

Na pesquisa foram entrevistados agentes que oferecem linhas de crédito para inovação, mais especificamente o Banco do Nordeste, a Desenbahia, o IEL e a FAPESB, sendo que os dois primeiros são da cidade de Vitória da Conquista e os dois últimos são da cidade de Salvador, na Bahia. A escolha destes agentes se deu devido ao fato das empresas terem sido contempladas por editais deles ou por terem buscado apoio para desenvolvimento dos projetos.

O único agente que não teve contato ou projetos das empresas entrevistadas foi a FAPESB, mesmo sendo o único a ter uma linha específica para o financiamento à inovação, contudo foi o único agente a disponibilizar todas as informações solicitadas no questionário.

Outra questão abordada referiu-se aos valores disponibilizados por cada programa. Segundo as informações da pesquisa, o Programa Bahia Inovação tem uma média de R\$ 9 milhões de reais/por ano disponibilizados com recursos da Fapesb. Neste valor não estão inclusos as captações de recursos dos parceiros externos, como Finep e CNPq.

O valor captado de fontes pela FAPESB depende dos editais e estratégias dos parceiros. Do volume disponibilizado, a Fapesb está

conseguindo repassar todos os recursos que são disponíveis. O que ocorre é que geralmente precisa-se de 2 ou 3 editais para conseguir projetos de inovação tecnológica com qualidade que possam ser apoiados.

Ainda na pesquisa foi perguntado se para a região Sudoeste são disponibilizadas algumas linhas específicas e quais seriam estas. Foi informado que não existe apoio diferenciado. A diferenciação existe através do porte das empresas e não por localização. Contudo, na região Sudoeste, em torno de 30 empresas acessaram os apoios da Fapesb para algum tipo de financiamento para a inovação. A pesquisa de campo revelou também que todas as empresas e os agentes pesquisados apontaram dificuldades comuns no acesso ao financiamento à inovação. Essas dificuldades estão elencadas nos tabelas 4 e 5 a seguir.

Quadro 4 – Principais Dificuldades das Empresas em acessarem o Financiamento Público

Empresas	Principais dificuldades para acessar o financiamento público a inovação
Empresa 01	- Projeto;
	- Investimento do projeto;
	- Burocracia;
	- Demora na aprovação;
	- Dificuldades de compreensão do projeto;
	- Morosidade na liberação dos valores;
	- Taxa de juros elevada em comparação a outros países.
Empresa 02	- Processo de documentação;
	- Projeto
	- Burocracia;
	- Financiamento com correção dos juros mais alta do que o preço;
	- Tramite geral.
Empresa 03	- Documentação;
	- Tramites em geral;
	- Burocracia;
	- Compreensão do projeto.

Fonte: Adaptação própria a partir dos dados da pesquisa, 2012.

Houve convergências de respostas no que tange às dificuldades encontradas pelas empresas e pelos agentes para terem acesso ao financiamento à inovação, conforme vê-se registrado no quadro 6. Esse resultado demonstra que a dificuldade está presente e necessita ser sanada, seja a partir de métodos de acesso às políticas de inovação, seja por meio de contratação de profissionais capacitados para atendimento dessa demanda.

Quadro 5 – Principais dificuldades para acessar o financiamento público para os Agentes (continua)

Agentes	Principais dificuldades para acessar o financiamento público a inovação
BNB	- Carência de documentos acessíveis;
	- Burocracia;
	- Dados divergentes de faturamento;
	- Informações distorcidas;
	- Projetos de qualidade;
	- Projetistas capacitados para credenciamento.
DESENBAHIA	- Profissionais qualificados para executarem os projetos;
	- Distanciamento das universidades e faculdades;
	- Bons projetistas;
	- Burocracia;
	- Documentação;
	- Regularidade nas Certidões;
	- Taxa de Juros;
	- Desconhecimento das linhas;
IEL	- Não saber elaborar o projeto;
	- Falta de compreensão da linguagem dos termos;
	- Formulário muito complexo;
	- Propostas desenquadradas, devido à falta de conhecimento dos editais;
	- Burocracia;
	- Morosidade na liberação dos valores.

(conclusão)

Agentes	Principais dificuldades para acessar o financiamento público a inovação
FAPESB	- Baixa cultura inovadora;
	- Dificuldade de compreensão do que é inovação tecnológica;
	- Projetos de baixa qualidade;
	- Desconhecimento das linhas;
	- Distanciamento das empresas com os agentes.

Fonte: Adaptação própria a partir dos dados da pesquisa, 2012.

Uma primeira dificuldade é com relação ao projeto. Por parte das empresas há uma grande dificuldade na elaboração e compreensão dos projetos, enquanto que os agentes informaram na pesquisa que as empresas não sabem elaborar os seus respectivos projetos. Isto dificulta a aprovação nos editais dos órgãos financiadores. Para os entrevistados existe hoje no município uma grande dificuldade de encontrar bons projetistas, os que existem cobram 2% sobre o total do financiamento – que está incluso dentro do projeto – mas não acompanham o andamento deste, apenas fazem o projeto.

Segundo informações do Banco do Nordeste, esta ocorrência está levando o Banco ao descrédito de muitos profissionais por eles indicados. Para este, a falta de profissionais qualificados no mercado se dá pelo distanciamento das instituições de ensino superior da cidade, que não conseguem formar profissionais para atuar nesta área.

Os tomadores de financiamento ficam reféns dos intermediários locais ou vão procurar auxílio fora da cidade. O Instituto Euvaldo Lodi (IEL) informou que os empresários não sabem elaborar o projeto, pois não conhecem a linguagem dos termos que estão ali, principalmente micro e pequenas empresas. Com isso, este agente tem um setor de inovação onde dispõe de cursos e consultorias na área, com objetivo de esmiuçar as informações e dar aos empresários uma base mínima de compreensão e entendimento da dinâmica do financiamento à inovação ou ajustes de processos internos.

Ainda segundo o IEL o conceito de inovação tecnológica não é voltado para a maioria das empresas da Bahia. O preenchimento complexo do formulário, não foi feito para os empresários. Isso corrobora com o resultado de muitas propostas estarem desenquadradas devido à falta de conhecimento dos editais. Além da questão chave no Brasil, que é a burocracia muito elevada e a demora na liberação dos valores.

Para a Fapesb esta dificuldade pode estar na pouca cultura inovadora das empresas locais. Esta falta de cultura inovadora nas empresas é percebida nas empresas que não sabem o que é inovação tecnológica, aquelas que não sabem que existem recursos para este tipo de financiamento e que rebatem em projetos de qualidade abaixo do esperado.

Quanto ao conceito de inovação, vê-se claramente o desconhecimento dos entrevistados acerca da sua abrangência, patenteando-se que ainda existe uma profunda confusão do que é inovar e de como conseguir financiamentos para este fim.

A burocracia entendida pelas empresas como morosidade na decisão dos agentes, regularidade nas certidões, documentação e os tramites em geral, representam um entrave para o acesso ao financiamento à inovação, o que acaba sendo um consenso de todos os entrevistados. A taxa de juros do financiamento, do mesmo modo, que possuía uma correção de juros mais elevada do que o preço do produto a ser vendido, o que acabava dificultando as previsões de vendas já que deveria inflacionar o preço de venda para haver uma equivalência do investimento, funcionava como dificultador para o acesso ao financiamento à inovação.

Outra dificuldade encontrada por parte dos agentes financiadores são as informações apresentadas pelas empresas. Elas não convergiam fidedignamente com o que se apresentava no mercado no que tange às informações contidas dentro do projeto. Isso é uma das questões que poderiam ser resolvidas por um profissional qualificado que atue na área e acompanhe o andamento dos projetos, bem como sua execução. Outro aspecto identificado é a grande dificuldade no que se refere à

documentação da empresa. Na pesquisa ficou claro que as empresas não têm um controle de qualidade de suas certidões, o que dificulta devido à falta de comprovação das informações.

As dificuldades que a Fapesb percebe no acesso às linhas de financiamento das empresas do interior, são primeiramente que as empresas não conhecem e não sabem o que é inovação. O segundo grande problema é o desconhecimento da FAPESB, como instituição de fomento e financiamento, bem como o trabalho desenvolvido pela FAPESB nas áreas de Ciência, Tecnologia e Inovação. Se junta a isto a dificuldade da Fapesb de conseguir chegar a essas empresas, o que dificulta a interação e os apoios.

Considerações Finais

O financiamento à inovação é um diferencial competitivo para as empresas, visto que para inovar, no atual cenário capitalista, é necessário investir. Nesse contexto, e buscando discutir as dificuldades que as empresas do município de Vitória da Conquista têm no acesso ao financiamento à inovação, observou-se na pesquisa que o investimento tende a ser com recurso próprio, na maioria das vezes, ou por intermédio de linhas de financiamento, auferidos com agentes de desenvolvimento de produtos, processos ou serviços.

Para tanto, empiricamente, foi proposto um recorte teórico neoschumpeteriano para entender o que afeta a citada problemática.

Existe uma grande dificuldade de compreensão do que é a inovação tecnológica para as empresas, isso lastreado ao fato de não haverem bons profissionais e a alta burocracia foram os fatores de principal causa das dificuldades em conseguir o financiamento a inovação. À vista disso, foram realizadas entrevistas com as empresas locais, sem distinção de segmento comercial posto que não interfira no objetivo da pesquisa, com o intuito de verificar as dificuldades de acesso ao financiamento à inovação.

Após a análise e tabulação dos questionários, comprovou-se que o financiamento à inovação está muito distante dos empresários

devido algumas questões, a saber: a) burocracia; b) ausência de bons projetistas; b) c) falta de regularidade nas certidões; d) desconhecimento das linhas; e) baixa cultura inovadora; f) compreensão do projeto; g) distanciamento das empresas com as instituições de ensino superior; h) morosidade na liberação dos valores. Os fatores foram apresentados por todos os entrevistados, garantindo uniformidade na compreensão das dificuldades.

O trabalho sofreu algumas dificuldades no que tange ao acesso aos dados por parte dos agentes. Sob a alegação de haver sigilo bancário, a maioria das perguntas do questionário voltado para os agentes não foi respondida. As questões abaixo, que estavam inseridas nos questionários não foram respondidas pelos agentes: DESENBAHIA e BNB: Quais são os valores disponibilizados por cada programa? Do volume disponibilizado, qual o percentual que as empresas conseguem acessar? Quais as maiores dificuldades para aprovação dos projetos?

Os mesmos não informaram e nem deram indicações de possíveis locais para encontrar os dados como: Sites, revistas ou jornais. Estes alegaram o sigilo bancário, contudo a Lei Complementar 105/2001 diz que: “é um dever ou obrigação que tem as instituições financeiras de manter resguardados os dados de seus clientes”, na pesquisa não foi solicitado dado de nenhum cliente e sim um volume para dado período, como já tínhamos dificuldades de acesso aos agentes, foi preferível não criar mal estar com estes.

Referências

AMARAL FILHO, Jair do. A Endogeneização do desenvolvimento econômico. *Revista Planejamento e Políticas Públicas*, Brasília: IPEA, n. 23, 2001.

CAVALCANTE, Luiz Ricardo Dantas. Produção teórica em economia regional: uma proposta de sistematização. *Revista Brasileira de Estudos Regionais e Urbanos*, Belo Horizonte, v. 2, p. 9-32, 2008.

IGLIORI, Danilo Camargo. *Economia dos clusters industriais e inovação*. São Paulo: Iglu, 2001.

MARX, K. *O Capital*. Trad. Reginaldo Sant'anna. São Paulo: Bertrand Brasil, 1987.

_____. *O Capital: crítica da economia política*. São Paulo: Nova Cultural, 1996. Livro I, tomos 1 e 2. (Coleção Os Economistas).

_____; ENGELS, Friedrich. *Manifesto do Partido Comunista*. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2004. .

MIDIC. *O que são NIT?* 2012. Disponível em: <<http://www.mdic.gov.br/sitio/>>. Acesso em: 13 mar. 2012.

NAKANO, Davi Noboru. *Uma comparação entre tipos de estratégia tecnológica de oito empresas brasileiras*. São Paulo: Escola Politécnica de São Paulo, 1997.

NELSON, Richard; WINTER, Sidney. *An Evolutionary Theory of Economic Change*. Cambridge: Harvard University Press, 1982.

RAPINI, Marcia. *Instrumentos financeiros de apoio à inovação: como é a participação das empresas mineiras*. Rio de Janeiro: Instituto de Economia da UFRJ, 2010.

RICARDO, David. *Principles of Political Economy and Taxation, reat Mind Series*. New York: Prometheus Books, 1996.

ROSENBERG, Nathan. The direction of technological change. Inducement mechanisms and focusing devices. *Economic Development and Cultural Change*, v. 18, n. 1, p. 1-24, October, 1969.

SANTOS, Milton. *Economia espacial: críticas e alternativas*. São Paulo: EDUSP, 2011.

SCHUMPETER, Joseph A. *Teoria do desenvolvimento econômico: uma investigação sobre lucros, capital, crédito, juro e o ciclo econômico*. São Paulo: Nova Cultural, 1997.

SHIKIDA, Periz Francisco Assis; LOPEZ, Ortiz. A questão da mudança tecnológica e o enfoque neoclássico. *Teor. Evid. Econ.*, Passo Fundo, v. 5, n. 9, p. 81-92, maio 1997.

SMITH, Adam. *A riqueza das nações: uma investigação sobre sua natureza e suas causas*. São Paulo: Nova Cultural, 1996. v. 1.

SOLOW, Robert Merton. *El cambio técnico y la función de producción agregada*. México: Fondo de Cultura Económica, 1979.

SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS SOCIAIS E REGIONAIS DA BAHIA. *Bahia Análise e Dados*. Salvador, 2012. Disponível em: <<http://www.sei.ba.gov.br/>>. Acesso em: 25 mar. 2012.

TIGRE, Paulo Bastos. *Gestão da inovação: a economia da tecnologia no Brasil*. Rio de Janeiro: Campus, 2006.

TREVINO, Leonel Corona. *Teorías Económicas de la Tecnología*. Barcelona: Jus, 1999.

Recebido em: abril e junho de 2012.

Aprovado em: outubro de 2012.